ATA N.º 8/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

A Assembleia Municipal de Borba reunida em 15 dezembro de 2023 com a presença da totalidade dos seus membros, e sob a Presidência do Senhor Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, Secretariado pelo senhor Jorge Manuel de Oliveira Pinto e pelo senhor Nelson Joaquim Gomes Gato, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 7 da sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Aprovação dos documentos de Transmissão Online das sessões/reuniões do Órgão Autárquico Assembleia Municipal.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos Previsionais:

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO UM: Opções do Plano (2024-2028)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO DOIS: Proposta de Orçamento Plurianual.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2024.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Mapa de Pessoal.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de fixação de IMI para o ano de 2024.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Norma de controlo interno – Revisão anual e proposta de alteração.

PONTO TRÊS PONTO NOVE. Proposta de aprovação de Revisão da Carta Educativa do Município de Borba.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, José Joaquim Figueiredo Banza; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Nelson Joaquim Gomes Gato; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Luís Manuel Dores Barata; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Paulo Jorge Panasco Aires; João Pedro Martins Leitão; Joana Lopes Morgado Véstia; Celso Miguel Lopes Ramalho; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; Sara Cristina Alpalhão Anselmo.

Verificou-se a ausência dos membros: Maria João Barroso Lopes, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **(documento n.º 1)** e foi substituída pelo membro Luís Manuel Dores Barata. Lino Duarte Moreira Amaro, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **(documento n.º 2)** e foi substituído pelo membro

Celso Miguel Lopes Ramalho. Vanda Cristina Branco Godinho, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **(documento n.º 3)**, e que foi substituída pelo membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha.

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

O membro Luís Barata começa por perguntar ao senhor Presidente da Câmara:

Qual o ponto de elaboração da situação do PDM? Pois lembramos que estava prevista uma reunião extraordinária antes do final do ano para que o Plano fosse apresentado na Assembleia Municipal. Sabemos que saiu, entretanto, um despacho do governo que prolonga os prazos, mas de qualquer forma gostaríamos de saber em que ponto as coisas estão.

Depois outra questão é saber qual a posição do Município, relativamente ao que é que foi desenvolvido nos últimos tempos relativamente à estrada entre Borba e Vila viçosa que esta fosse reconstruída e referir também que o PSD apresentou uma proposta de inclusão no Orçamento de Estado para 2024 de reconstrução da estrada tendo a mesma sido reprovada com os votos contra do PS e a abstenção do PCP.

Gostaria também de perceber qual o ponto da situação do Contrato Local de Segurança, que foi assinado em 2020. Saber se está a ser executado e por último uma questão relativa aos estaleiros municipais, pois o senhor Presidente referiu em Assembleia que tinha realizado a escritura em janeiro e dispunha de dezoito meses para desocupar os estaleiros. Passaram, entretanto, onze meses e queríamos saber o que é que está a ser feito para a instalação do novo estaleiro. Se já foi tomada a decisão final do local ou dos locais a instalar e se serão necessárias construções nestes locais?

O membro Paulo Aires aproveita por desejar as Boas Festas a todos os presentes. Começa por perguntar se o slogan "Borba Faz bem", é um slogan do MUB ou da Câmara?

E relativamente ao enchimento da pedreira ao fundo da Salgada, que já está tapado há algum tempo, o porquê de a vedação ainda constar no local? Pois causa alguns transtornos a veículos pesados e afins!

O membro Sara Anselmo deseja a todos os presentes os votos de Boas Festas, começando por colocar duas questões:

A primeira recai sobre o tema do ponto de situação SIADAP o ponto de situação sobre os dois biénios, relativo a todos os contatos para a entrega das cartas se já estão concluídos? Pois os ofícios encontram-se no expediente, e em reunião de Câmara o senhor Presidente mencionou que iria entregar em mão, saber se o processo está concluído ou se irá ser mesmo concluído até ao final do ano?

A segunda questão está relacionada com o processo de venda do estaleiro, porque também de acordo com uma informação facultada em reunião de Câmara mencionou-se que a empresa Investaureum, participaria numa Assembleia Municipal para prestar algumas explicações. Gostaríamos de saber quando é que temos essa visita? Se seria numa próxima Assembleia ou se existe alguma data para obtermos novas informações sobre o processo.

O membro Hugo Mendanha, deseja as Boas Festas a todos os presentes. A pergunta é direcionada ao senhor vereador Joaquim Espanhol porque na última Assembleia que aqui estive perguntei-lhe como é que estava a situação do Parque de Caravanas, portanto já passaram uns meses, queria saber o porquê de ainda não estar aberto, tal como as Piscinas Municipais se existe alguma previsão de abertura?

O membro Celso Ramalho, pretende saber como é feito a seleção de recrutamento dos funcionários da escola em Borba, uma vez que tem ocorrido alguns problemas, se há alguma avaliação prévia do perfil dos funcionários?

O Presidente da Câmara, deseja o Bom Natal e Bom Ano Novo a todos os presentes.

Primeiramente em relação a questão do PDM, este está a avançar, mas precisamos neste momento de respostas externas, pretendíamos terminar o PDM ainda este ano, mas infelizmente não vamos conseguir fazê-lo.

Relativamente à estrada de Borba-Vila Viçosa, é uma situação complicada! Quando caiu a estrada, todas as pessoas sabiam de pedreiras. O dia houve um governo aberto do Partido Socialista em Évora, eu entendi que deveria falar com algumas pessoas e elas não me atenderam e vieram ter comigo, a senhora Ministra Ana Abrunhosa e o senhor Ministro do Ambiente Duarte Cordeiro e eu disse-lhe que ali não era o local certo para falarmos, então combinamos uma reunião em Lisboa no Ministério do Ambiente e uma reunião na Câmara de Borba com pessoas que

entendias de pedreiras. Na minha opinião os recursos que nós temos nesta zona de Borba, Vila Viçosa, Estremoz, mas mais Borba tem de ser pensado de uma certa maneira. Portanto havia ideia daquelas pessoas de tampar a pedreira e fazer a dita estrada do "Rei", que na minha opinião é uma aberração, e eu entendi que não. Portanto este recurso geológico vale milhares de milhões de euros, tem de ser sempre recuperado. Na minha opinião pessoal dentro de dois ou três anos no máximo, ou talvez menos vamos ter um problema muito sério de termos recursos e não termos ninguém para os explorar. No entanto a pedreira tapada na minha opinião é impossível, se fizemos um passadiço para mostrar a importância em termos geológico e perceber o que é que se fez nessa zona, valerá a pena.

Referente aos Estaleiros Municipais, os compradores queriam dar duzentos mil euros, que depois de discutidos o valor e ficamos com o negócio feito por trezentos mil euros, que já pagaram. Os Estaleiros da Câmara Municipal de Borba irão ser na Zona Industrial do Alto do Bacelos a parte pesada, e a zona ligeira na Zona Industrial da Cruz de Cristo. Isto quer dizer que os carrinhos do lixo ficam na Zona Industrial da Cruz de Cristo e tudo o que é indústria pesada em termos de estaleiros municipais, fica no Alto do Bacelos e vai ser feito, estamos em negociação com as pessoas e vamos ver, há prazos próprios para tudo isto.

Relativo a empresa Investaureum investiram com visto Golden, a alguns pensarão se vale a pena ou não. Se não pensarmos no Alentejo em visto Golden não haverá desenvolvimento.

Respeitante ao Concelho Local de Segurança, foi falado aqui no salão com o Ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita. Aqui há pouco tempo atrás houve uma situação muito grave com ciganos em Borba! Não vamos falar em etnias, vamos falar em ciganos, que deveriam estar aqui a ouvir a conversa, enquanto toda a gente diz vamos integra-los vamos inclui-los. Como é que se faz? Esse Concelho Local de Segurança foi realizado porque alguém bateu nos Bombeiros de Borba, e depois a seguir há Romenos que batem nos Bombeiros de Borba, entretanto a situação está mais ou menos equilibrada. Há pouco tempo atrás há um cigano que deu um tiro a outro cigano e o cigano que deu o tiro abalou. Passados mais uns tempos regressou e os que levaram o tiro abalaram e vieram para aqui dizer que faziam um acampamento em frente à Câmara. Com a colaboração da GNR, através de Alto de Comissariado para as Migrações e algumas pessoas da Câmara Municipal de Borba, conseguimos equilibrar as coisas. Neste momento há uma família cigana que vive na escola primaria de Borba. Aproveito já agora para dizer que tínhamos um projeto aprovado de mais ou menos novecentos e sessenta mil euros para fazer o Posto da GNR de Borba

e eu entendi que era pouco e felizmente foi aprovado um milhão e duzentos mil euros, portanto no ano 2024 iremos avançar com o processo e o concurso público do posto da GNR de Borba.

Há pouco tempo disse ao senhor Vereador Pedro Esteves e à senhora Vereadora Helena Caldeira em Reunião de Câmara que a empresa do Convento da Servas vai ter continuidade e virão na devida altura dar-nos mais informação.

Entretanto apareceu outro projeto interessante que tem a ver com o Convento da Luz que está a avançar muito bem, e penso que as próximas aprovações estarão para breve.

No que diz respeito ao Slogan "Borba faz bem" passo a explicar: um dia o Diogo Sapatinha que era uma pessoa que gostava muito do MUB na altura, ele disse que valia a pena termos este slogan e perguntei se podia usar e ele concordou.

Em resposta a situação da Pedreira da Salgada, a Pedreira foi cheia, mas entendem os nossos tec nicos da Câmara de Borba que devemos esperar para ser feita uma avaliação. Nós pretendemos abrir a estrada no início do ano 2024.

Em resposta a questão do SIADAP, é a pior coisa que pode haver para quem é funcionário publico! Como é que uma pessoa é boa e depois porque é muito boa não pode ser igual ás outras porque são boas? Doí-me! Todos os dias a mim me doi! Entregar uma carta que sim senhora, reclamou em vez de ter adequado, vai ter relevante, o que é que resolve? Neste momento no Pais em que estamos, um Pais tão bonito que toda a gente houve falar em excedentes, onde é que estão? Quando falamos em saúde boa. Onde é que está a saúde? Imaginem quem esta doente e tem de ir a um médico, imaginem quem trabalha aqui há vinte anos numa Câmara e ganha oitocentos euros e a seguir entra outra pessoa e ganha exatamente a mesma coisa. Como é que é possível? Essa situação de avaliação de limitação de adequados, excelentes, reclamações e depois aparecem os sindicatos. Se os sindicatos têm sido sérios e o governo tem sido sério, resolvia-se tudo, mas não os sindicatos pensam que resolvem os problemas das pessoas e não resolvem nada! O Governo contente e feliz!

O importante é nos percebermos quem trabalha vinte anos numa Câmara não pode receber a mesma coisa que uma pessoa que entra neste momento a trabalhar para uma Câmara e eu estou cansado de dizer isso aos sindicatos. Resolvo alguma coisa? Claro que não! Reunimos no concelho de avaliação e o professor Agnelo diz-me:" preciso de dois na escola que subam um bocado", o senhor Vereador Joaquim Espanhol diz-me que precisa de dois para ele e a senhora Vereadora

Sofia precisa também de dois e eu digo assim: "o que é que eu faço?" Acredito neles naturalmente, e todos eles sabem o que eu estou a dizer. O que mais me doi a mim é como é que é possível estar alguém a trabalhar vinte anos numa Câmara e ganhar tutti meia, e entrar alguém agora e ganhar exatamente a mesma coisa! Como é que é possível isto? Que raio de pais é este? Este pais depois do vinte cinco abril, que lamentavelmente nivelou por baixo, nunca nivelamos por cima. Eu olho para esta assembleia toda que aqui está, com uma quantidade de pessoas com cursos a nível académico, e ganham o quê? Vão para onde? Se muitos não fossem os pais e os avós o que é que tinham? Estou a olhar para pessoas aqui, que nem vale a pena olhar, fico envergonhado, quase que choro, como é que é possível, cinco pessoas reunidas aqui umas melhores que os outros e o Agnelo sabe o que eu estou a dizer claramente de uma forma muito objetiva, o Nelson a mesma coisa e o Jorge Pinto, sabem muito mais que todos nós juntos.

Relativamente ao Parque de Caravanas em princípio 15 de janeiro será inaugurado com a Banda Filarmónica. A obra está pronta e só há um pequeno pormenor que tem de se resolver.

Relativamente a questão do membro Celso eu sei o que ele está a falar e olhando outra vez para o senhor Presidente da Assembleia Agnelo Baltazar, eu entendi que através de rácios, escolher pessoas para escola com um determinado nível, eu já nem falo académico, mas a nível pessoal, de relacionamento, para resolver os problemas das pessoas. Olhando para o que o membro Celso disse, estou a imaginar a minha neta lá com seis ou sete anos e uma pessoa completamente desequilibrada, ofende a minha neta. O que é que eu faço? Reclamo? Tudo bem! O que é que eu resolvo? Tirar a pessoa de lá? Esta tudo bem! Agora como é que nós conseguimos arranjar soluções para isso? Rácios temos feito! Agora a qualidade das pessoas é que é importante! Nesta situação se fosse eu se calhar aquela senhora andava dez metros no ar. Quem toca no nossos seja ele pequenino ou grande, doí-me, e quem ainda por cima não tem a atitude de perceber que teve uma atitude um bocado infeliz. Agora o que é que o Agnelo pode fazer? Vai saber depois de a menina ter sofrido. Conseguimos arranjar gente com qualidade todos os dias? A culpa com o devido respeito é de quem mete lá as pessoas, e a pessoa não serve, fora! E essa pessoa saiu de imediato.

O Membro Celso Ramalho usou da palavra para responder ao senhor Presidente. "(...), senhor Presidente, gostei muito de o ouvir falar, mas o senhor não respondeu a nada do que perguntámos. Perguntámos, claramente, se o slogan "*Borba faz Bem*" é da Câmara ou do MUB,

não respondeu! A Câmara está a usar um slogan em fatos de funcionários, e nós só queremos saber se o slogan é da Câmara ou do MUB".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), o slogan é da Câmara de acordo com as opiniões e com o direito que o senhor Diogo Sapatinha me cedeu, e eu usei."

O membro Celso Ramalho continuou "(...), se é da Câmara, esse slogan não deveria vir em boletins informativos do MUB, na minha opinião.

Uma segunda questão tem que ver com o SIADAP. Penso, eu, que o que a membro Sara Anselmo, quis perguntar é qual é o ponto da situação. O senhor deu-nos aqui, uma lição de SIADAP, mas não foi isso que nós perguntámos...interrompido"

O Presidente da Câmara Municipal interrompeu e disse "(...), eu tenho as cartas todas para entregar a partir de segunda feira (...), a única que quero dar é boas notícias antes do Natal (...)".

O membro Celso Ramalho continuou "(...), a questão que foi feita é se as reclamações já tiveram provimento? Se foram resolvidas? Porque nós não temos conhecimento do que se passa e queremos saber.

A outra questão tem que ver como é feita a seleção do pessoal para a escola. Se existe alguma entrevista, algum procedimento para avaliar as pessoas. Ou, se, as pessoas vão ao Gabinete do Presidente e dizem que não têm trabalho e ele manda-as para a escola, é só isso que estamos a questionar".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder ao membro Celso. "(...), lamentavelmente o que o membro Celso Ramalho diz é verdade! A seleção, avaliação é pessoal, é feita por mim e de acordo com o que eu achar, é o lugar para onde mando essas pessoas".

- ***Alto do Bacelos*** – Neste momento está tudo resolvido, com contratos de promessa de compra e venda, feitos. Em janeiro de 2024, iremos fazer a escritura completa. Irá ser feito no Alto dos Bacelos um investimento de cerca de dezasseis milhões de euros, num setor que é muito importante para nós, o setor do mármore.

O membro Celso Ramalho respondeu "(...), senhor Presidente, o psicólogo que vai meter na Câmara e que está referido no Mapa de Pessoal, poderá fazer uma breve entrevista ao pessoal que é para ir para a escola".

Seguidamente, fez um requerimento à Câmara Municipal, de um documento comprovativo em como o Posto da GNR, já tem o projeto aprovado.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), avaliar pessoas é a pior coisa que pode haver!

- ***Posto da GNR*** – Neste momento está a ser feito um projeto de revisão dos valores calculados. Nós entendemos que tudo o que fosse trabalhos complementares deveriam ser revistos. O investimento está aprovado e o valor é de um milhão duzentos e quarenta e nove mil euros (1.249.000,00€).

Seguidamente, pediu permissão para passar a palavra ao vereador Joaquim Espanhol.

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra e informou o seguinte:

- *Parque Caravanismo* - o mecanismo da porta de acesso está montado e está a funcionar. Foram colocados hoje, os painéis informativos (...). Em meados de janeiro de 2024 está em condições de ser inaugurado e a partir de aí ser aberto ao público e ser usado.
- *Pedreira da Salgada* – esta pedreira já foi tapada a alguns meses atrás, mas o nosso objetivo e depois de ouvirmos alguns especialistas na matéria, é aguardar algum tempo, para ver se existe algum abatimento. Por baixo da estrada naquela zona da pedreira, passava, uma linha de água.

Está previsto, termos uma reunião no princípio de ano de 2024, com a empresa EDM, para avaliarmos a situação. Este tempo serviu como tipo de uma monitorização, para vermos se havia alguns abatimentos a nível de estrada ou mesmo do enchimento (...).

O objetivo é trabalharmos em segurança, com as entidades que estão dentro do assunto e têm alguma experiência, para quando abrirmos seja em segurança. O objetivo é que durante o mês de janeiro, passamos fazer essa abertura.

O Presidente da Câmara Municipal, pediu permissão para que a Vereadora Sofia, pudesse intervir.

A Vereadora Sofia Dias interveio e esclareceu a situação da escola, que tinha sido abordada. "(...), só dizer-vos que a situação e situações que ocorram, que tenham que ver com algum tipo de instabilidade ou de situações menos positiva, que ocorram na escola que tenham que ver com funcionários e crianças e sempre que nos chegue ao conhecimento, será a nossa postura, se for dentro das nossas funções, afastar de imediato as pessoas pelo que aconteceu. Estamos, aqui, a falar de uma situação em concreto e é importante também a referir e dizer que a pessoa foi de imediato afastada.

O que eu peço e aproveitando a situação, sempre que ocorram situações destas, que a escola nos possa informar, para que possamos agir de imediato e em conformidade, que nem sempre essa informação nos chega e para a situação em concreto, ainda não nos chegou qualquer tipo de relatório detalhado (...)".

O membro Paulo Aires pediu a palavra e disse "(...), queria aqui avivar a memória ao senhor Presidente que a estrada caiu no dia 19 de novembro de 2018, fez cinco anos. Nós entendemos que deveria ter sido feita uma homenagem aos que perderam a vida naquele incidente e todas as pessoas envolvidas nas operações de socorro.

Entendo, que a Câmara deveria ter tido em atenção essa situação".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), para todos os efeitos o culpado sou eu que matei cinco pessoas. Como já disse várias vezes a única pessoa responsável na Câmara é o Presidente da Câmara (...). As homenagens fazem-se sempre em vida. Está previsto a elaboração de cinco figuras, para homenagear as pessoas que perderam a vida naquele fatídico dia.

Se vocês recordarem os acidentes que houve na indústria dos mármores, quantas pessoas faleceram nas pedreiras?

Quem sofre todos os dias com o que aconteceu naquele dia 19/11/2018, sou eu! Não é por culpa, é por lamentar a perda das pessoas".

O membro Paulo Aires respondeu "(...), aqui ninguém está a incriminar ninguém! O que nós queríamos era homenagear aquelas pessoas que lutaram para que a situação se resolvesse o mais rápido possível e se tornar-se o menos dolorosa.

Penso, que o setor dos mármores está um pouco esquecido, vemos outros municípios a fazer alguma coisa por este setor, e aqui nada é feito!".

O Presidente da Câmara Municipal realçou que "(...), o investimento que vai ser feito no Alto dos Bacelos, está a ser feito com muito sacrifício, e será um investimento de cerca de desaseis milhões de euros, aqui em Borba".

O Vereador Pedro Esteves interveio e disse "(...), a questão do "*Borba faz Bem*", não é uma questão de menor importância, é uma questão importante. Dirijo-me diretamente à bancada do MUB, porque temos de uma vez por todas, saber se este é um slogan do MUB ou se é um slogan da Câmara Municipal de Borba e porquê? Porque há pessoas com este slogan escrito nas costas, que não se identificam com ele! Porque é um slogan do MUB, do Movimento e existem pessoas que são do Movimento e outras que não o são! Isto é preciso ser explicado aqui! Das duas, uma, ou o MUB usurpou o slogan da Câmara Municipal ou a Câmara Municipal está a fazer indevidamente uma utilização do slogan do MUB. É esta resposta que nos queremos aqui, diretamente!

No que respeita ao SIADAP, nós temos tido esta conversa, muitas vezes nas reuniões de câmara. Este assunto é um assunto sério, que tem que ver com a vida das pessoas! As pessoas estão a trabalhar durante dois anos e querem ser avaliadas pelo trabalho que desempenharam e têm o direito de serem avaliadas, e quem está nos órgãos de gestão, tem a obrigação de responder em tempo útil, dentro daquilo que são os termos da lei, e isso não está a ser feito na autarquia de Borba. Aliás, eu tenho, cartas, porque as pedi aos serviços, dirigidas aos trabalhadores deste município, e que as pessoas ainda não as receberam e porquê? Porque o senhor Presidente, segundo disse em reunião de Câmara, as têm na secretária dele e que um dia irá entregar aos funcionários e falar a um e um. Não entendo esta situação! Digam o que disserem não entendo esta situação!

No que respeita à tragédia da queda da estrada (zona EN 255), Borba/Vila Viçosa, dizer que nós em reunião de Câmara, lamentámos o facto de não termos sequer, marcado, aquela data como uma data de tragédia, para que lembremos no futuro, aquilo que nos aconteceu, a todos nós. Por isso, mereciam as vítimas, as pessoas que estiveram envolvidas no teatro de operações, para que se resolvesse o problema de uma forma célere, deveria ter sido marcado os cinco anos desta tragédia".

O membro Nelson Gato pediu a palavra e disse "(...), senhor Presidente já lhe apeteceu tratar das notificações do Bairro Eborino?

- ***Celeiro da Cultura*** – já foi utilizado várias vezes, saudamos por isso. Tem uma sala no primeiro andar e segundo parece vai ser utilizada para futuras sessões da Assembleia Municipal, mas não tem acessibilidades. Não tem forma de uma pessoa com dificuldades de mobilidade chegar lá acima, só tem escadas e não tem elevador. Ao consultar o Portal Base, deparei-me com valores muito altos na aquisição de equipamentos para o Celeiro da Cultura.

Queria deixar aqui, um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal, para que fosse solicitado à Câmara Municipal a relação de todo o equipamento que foi adquirido para este edifício, porque estamos a falar em valores que davam quase para uma obra de reconstrução.

- ***Festa da Vinha e do Vinho*** – a minha opinião à cerca da festa, em termos de expositores, foi a mais fraca festa, desde que há memória nos últimos anos. Poucos expositores, alguns até à última hora nem montaram os stands.

Acho que estamos a prestar um mau serviço à promoção daquilo a que se destina a festa, o Vinho e a Vinha. Um mau serviço porquê? A Câmara assumiu e muito bem há uns anos, a tabela de preços dos vinhos que são comercializados nos restaurantes que estão a funcionar na festa, e este ano havia vinhos com margens de 150% (...). Quando eu questionei, porque era assim, alguém disse *"a câmara é que fez os preços, é que assumiu estas tabelas"*. Senhor Presidente, posso-lhe deixar aqui uma sugestão, faça a promoção efetiva do vinho, e em vez de criar margens deste género, a Câmara que assuma a margem de lucro dos restaurantes e a Câmara que compre o vinho a preço de custo aos produtores (...).

Que a prova de vinhos que é feita naquele espaço, seja feita com as mínimas condições. Não existe um-lava copos, não existe nenhum repuxo de água onde se possa passar o copo pela água (...).

Fui mais uma vez ao Portal Base, onde estão registados os contratos e vi, espetáculos: José Malhoa, nove mil e quinhentos euros (9.500,00€), Carolina de Deus, nove mil euros (9.000,00€), Anjos, desaseis mil e quinhentos euros (16.500,00€), José Geadas, seis mil e quinhentos euros (6.500,00€), e o BUBA? Foi de borla? Porque é que não está registado.? E, porque é que as coisas são registadas muito tempo depois de ocorrerem? Sei por exemplo que já foi feito uma obra na escola do Pladur e esta semana é que apareceu no Portal Base o registo do contrato".

A membro Sara Anselmo pediu a palavra e disse "(...), com todo o respeito ouvimos as suas explicações relativamente ao SIADAP, mas muitas vezes precisamos só de respostas

concretas, "*sim, está feito, não, não está feito, vou fazer*". O pedido nosso de respostas é mais nesse sentido.

De acordo com o seu compromisso, ficamos a pensar que até final do ano, poderá estar resolvido a questão da comunicação aos funcionários e este será um tema que 2024 já não iremos perguntar, será?"

O membro Nelson Gato pediu a palavra e disse "(...), no seguimento da intervenção da membro Sara Anselmo, as perguntas aparecem, as respostas é que não! Ficámos sem saber se o Contrato Local de Segurança já está concluído, se o documento já está feito (...)."

O membro Jorge Pinto usou da palavra e disse "(...), existem duas questões que não posso deixar passar neste período de antes da ordem do dia e que aqui foram levantadas.

O país vive um momento extraordinariamente crítico de crise de regime, de justiça, de comunicação social, porque de uma forma generalizada, todos nós, atiramos a primeira pedra e matamos o mensageiro, incluindo neste momento já, a própria justiça, isto é um problema que se passa no país.

Portanto, não me ouviram aqui, falar durante estes cinco anos, sobre o problema da pedreira, a partir do momento em que ele entrou na justiça.

Não gostei, que o senhor Presidente da Câmara se assumisse mais uma vez, como culpado, como herói, como o vilão. O senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador Joaquim Espanhol, o Primeiro ministro (...), todos eles têm direito à defesa. Confiemos na justiça e deixemos estas questões.

Uma outra questão que quero levantar, é a questão de colocar na Base Gov os processos e dizer que a justiça também funciona sobre estes pequeninos. Recordou, a tragédia que aconteceu nesta autarquia há 40 anos atrás. O meu apelo, é para que questões que provavelmente, ouviremos, aqui falar, hoje, de mais situações não publicadas na Base Gov, e que já aconteceram, que eu não quero, nesta luta política que nós aqui temos, do Bem para Borba, mas que nunca, ele custe, de novo aos funcionários da Câmara".

O membro Hugo Mendanha interveio e realçou que o senhor Presidente, não tinha respondido, se o slogan é do MUB ou da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), o slogan, *"Borba Faz Bem"*, é do senhor Diogo Sapatinha, da Câmara, se o MUB, o aproveitou, retire-o imediatamente da vossa página, porque nós fazemos melhor que Borba faz Bem."

Seguidamente, elogiou o trabalho dos técnicos superiores, Dr. António Passinhas e da Dr.ª Ana Alves.

No que se refere ao SIADAP, o senhor Presidente da Câmara, utilizou a seguinte expressão "(...), as pessoas que trabalham na Câmara de Borba, tenho de ser muito seletivo (...), há pessoas que valem apena, outros estão cá para ganhar dinheiro".

Acrescentou, ainda no que respeita à Base Gov "(...), está tudo bem, só se houver pagamentos fora do tempo, aí é que poderá ocorrer alguma ilegalidade".

No que respeita ao Bairro Eborino, informou que "(...), antes de eu sair, fica o assunto resolvido".

O Chefe de Divisão António Passinhas usou da palavra e explicou o seguinte:

"(...), em relação ao Portal Base e ao que disse o membro Nelson Gato, da Alouniverse (equipamento do para o Celeiro da Cultura), realmente estão cá três contratos, mas um dos contratos, foi anulado e está cá a causa da anulação. Ou seja, o primeiro contrato (73.350,00€), está cá a justificação de que não há cumprimento, porque há um erro, e existindo um erro na omissão nas peças do procedimento, o contrato celebrado sob pena de violar os princípios da contratação pública, encontra-se ferido de validade, e tornando-se por isso imperioso revogar. E foi por isso revogado!

Foram feitos dois contratos e foi por acordo com a CCDRA, autoridade de gestão. Nós quando adquirimos o equipamento quisemos fazer no contrato a divisão em lotes. Porque havia umas peças de equipamento que não eram alvo de financiamento, e havia outras que eram! Para que ficasse claro, quanto é que era efetivamente investimento ilegível e quanto não era investimento ilegível, foram divididos em dois lotes.

Por exemplo nem as cadeiras nem as mesas eram ilegíveis. Mas a maioria do resto do equipamento era! Por isso, é que há um lote de dezoito mil seiscentos e sessenta e seis euros (18.666,00€) e outro lote de cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e seis euros (54.566,00€). Este último foi financiado e o outro não.

O que foi adjudicado pelo Município, até é ligeiramente inferior a setenta e três mil trezentos e trezentos e cinquenta euros (73.350,00€)."

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

O Senhor Alexandre Lameira cumprimentou todos os presentes e agradeceu publicamente a homenagem que fizeram ao seu pai, o senhor José Luis Lameira.

Relativamente aos outros dois pontos que quero apresentar, tenho a dizer que tenho acompanhado sempre as atas e as iniciativas por via Web, das reuniões e vejo aqui várias discussões nesta assembleia, relativamente a estacionamentos, carros (...), e acho que falta aqui qualquer coisa. Borba, tem um problema grave, não tem nada para fixar as pessoas! Borba não tem nada! E também não faz esforço para ter alguma coisa. Isto é uma verdade!

Foi disputado para o senhor Presidente da Câmara e para os senhores Vereadores com e sem pelouro, todos eles tiveram conhecimento, um email meu, ao abrigo do PRR, da senhora Vice-Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e do Centro de Administração Políticas Públicas, para dar iniciativa ao planeamento de transferências de dinheiros ou então, de aptidão para as pessoas que trabalham no Município, terem uma formação avançada especializada. Foi-me dito por um membro da bancada do MUB, aqui presente (...), "nós não temos pessoas qualificadas para responder a esse email".

No meu entender, eu só precisava de receber, uma resposta, sim ou não. Não recebi nada! O sim, era uma responsabilidade minha, e conseguia através desse protocolo com o CAP ou com ISCPS, de tentar promover formações especializadas e avançadas, de modo a conseguir colocar mais formação ou então dar formação ás pessoas já presentes.

Eu tentei ajudar, e gostava que houvesse uma resposta nesse aspeto. Borba, não tem espaço para fixar pessoas e necessita urgentemente de fixar empresas (...). Não é a questão do estacionamento que é relevante.

Um outro assunto que trago aqui tem que ver com os Bombeiros. Tive no dia 02 de dezembro uma reunião com o senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, em que me foi mostrado um gráfico das 411 Corporações Voluntárias, dos Bombeiros em Portugal. Esta situação vem demonstrando, que os Bombeiros não têm capacidade de ter pessoas, cada vez estão mais

enfraquecidos a nível ativo. É necessário haver da parte dos Bombeiros ou de alguém que ajude os Bombeiros, um incentivar de elementos para se manter no corpo ativo.

Das 411 corporações de Bombeiros, as subvenções municipais, tirando Lisboa, Loures, Cascais, (...), estamos na penúltima, só temos à nossa frente, Paredes de Coura. A Cooperação dos Bombeiros Voluntários de Borba, é a equipa que está em penúltimo lugar das 411 cooperações a nível de bombeiros. Os bombeiros o que precisam é de força e de mão de todos. Borba, não tem elementos para socorrer. Vai ser feito em 2024, pelo senhor Vice-Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, um novo Plano estrutural na Educação, relativamente ao ensino profissional, virado para a vertente do associativismo e dos voluntariados dos Bombeiros Portugueses. Esta nova formação, tem como vertente angariar já pessoas, para os bombeiros.

Já algumas câmaras acionaram este plano, aqui na nossa região, o cartão de Bombeiro. O que permite que o Município deixe entrar o Bombeiro à borla nas piscinas, nos museus (...), até no próprio IMI. De forma, a que a massa corporativa dos bombeiros consiga crescer, caso contrário, numa população com seis mil e poucos habitantes e vamos tendo poucos meios para conseguir resolver, para tentar dar suporte base, tanto básico como o suporte avançado de vida.

Tem de haver um esforço, por parte de todos, de reverem a maneira de ajudar financeiramente os bombeiros de forma a que não estejam sempre com a "corda no pescoço", no pagamento de despesas, mas também, ajudar a dinamizar e a crescer este corpo de bombeiros.

Desejo a todos um excelente Natal e um próspero Ano Novo".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao senhor Luis Alexandre que tinha enviado o email para a quem tinha que enviar.

Nós aqui na Câmara de Borba, temos mandado os funcionários para tudo o que é formação.

A nível dos Bombeiros, nós em Borba neste momento temos duas equipas de Intervenção Permanente, constituídas por dez pessoas. Em que o estado paga uma parte e a autarquia paga a outra parte.

Temos de arranjar forma de cativar pessoas para o voluntário".

O Vereador Pedro Esteves usou da palavra e disse "(...), recebemos a comunicação que o Alexandre nos fez chegar e que na reunião de Câmara seguinte, a apresentámos à discussão. Foi acolhida pela maioria MUB, com a intenção de a poder executar (...), aliás tinha custo zero.

Relativamente, ás subvenções municipais, já tínhamos também trazido à reunião de Câmara, essa situação. Em termos concelhios, o município, é o segundo dos dez últimos que menor subvenção municipal atribui às associações humanitárias de bombeiros do concelho. Do nosso ponto de vista é preocupante! ".

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e teceu os seguintes comentários:

"(...), começo por me penitenciar e reconhecer a falta de rigor da minha parte, quando no exercício de funções de Presidente da Assembleia Municipal, não lia à exaustão as atas da Câmara. Vamos discutir um ponto sério, a discussão é para ser política, não é para ser administrativa nesses aspetos. Verifiquei na leitura da minuta deliberação da Câmara Municipal, que o Plano e o Orçamento, tinham sido remetidos para a Assembleia. Existe, quem faça uma leitura mais literal, do que a lei fala, porque a lei fala, na elaboração e submissão, mas sobre este conjunto de matérias, tenho aqui na minha posse, um Acordo do Tribunal Central Administrativo de Sul, sobre matérias destas (...). Perante isto, entendi, falar com a Maria João, com o Agnelo e sugerir à Presidente da Assembleia Municipal, que diligenciasse junto do senhor Presidente da Câmara a possível correção da Minuta de deliberação, desde que os membros do executivo estivessem de acordo, espelhar lá de forma livre a sua votação e declarações de votos. Fizeram-no, a Minuta de Deliberação foi substituída, penso que esse aspeto está bem sanado.

Outro que quero apresentar, é a proposta de retirada do ponto refere ao Empréstimo de Curto Prazo, da ordem de trabalhos e que possa ser submetido à sessão de fevereiro.

O fundamento que apresento para o que estou a colocar, é o seguinte:

Se estivéssemos perante um empréstimo de médio e longo prazo, estávamos mais salvaguardados, das nossas moderações, porque os empréstimos de médio e longo prazo, estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas. O empréstimo de curto prazo não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, mas está sempre sujeito a visto concomitante. E há no conjunto das apreciações do relatório, uma serie de ilegalidades e de inconformidades na apreciação das propostas, que em meu entender não podem passar, até porque, elas têm sido nesta área objeto de recusa de vistos do Tribunal de Contas a empréstimos médio e longo prazo (...).

Foram apresentadas seis propostas, todas elas apreciadas pelo júri e classificadas no relatório e até á citações no relatório de ilegalidades das propostas. A proposta da Caixa de Crédito Agrícola, impunha a subscrição de uma livrança, ato a qual os eleitos e a Câmara está proibida de fazer.

O Novo Banco, impunha a consignação, de receitas, ato que não pode ser, porque as receitas não podem ser consignadas (...).

O Santander vai mais longe, e diz que ou vai até dia 31/01/2024, como está, ou depois ele pode alterar unilateralmente as taxas de juro.

Estas propostas tinham de ser liminarmente eliminadas, á cabeça, não podendo ser apreciadas posteriormente.

Face a isto, julgo que a Câmara Municipal não estará tão aflita, que precise do empréstimo até 1 de janeiro/2024, se concordarem que este ponto seja retirado, salvaguardaremos as nossas matérias e em fevereiro com mais calma, ponderação e com menos liberdade para a banca (...), o apreciaremos".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que "(...), desde 2013 que aprovamos este empréstimo de curto prazo, mas nunca o usámos".

O membro o Jorge Pinto salientou "(...), aquilo que aqui coloquei é de responsabilidade, da mesma forma que tive a honestidade de pedir à Presidente da Assembleia, que cabia a ela, dialogar com o Presidente da Câmara sobre a questão do Orçamento".

O Chefe de Divisão António Passinhas interveio e explicou o seguinte: "(...), o relatório é claro! Ou seja, a proposta que lá está para ser escolhida, é a proposta que é mais benéfica para o Município. É a proposta que não tem comissões, em que a taxa de juro é mais baixa, é uma proposta que não tem encargos, se o Município não contrair o empréstimo. Não contraindo o empréstimo, nós não suportamos qualquer encargo (...).

O que é que acontece quando nós dissemos á banca, que queremos a banca tipificada com propostas á nossa vontade? O que acontece é que em vez de termos 6 propostas para analisar temos uma ou duas propostas para analisar. Existe uma restrição na oferta. Tenho a certeza que a proposta que foi escolhida é a que mais salvaguarda o Município e que não lhe traz problema nenhum (...)".

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções colocou à votação a retirada do **ponto 3.5** da Ordem de trabalhos. **Foi aprovado por maioria, com seis a votos a favor, quatro votos contra e oito abstenções**, a retirada do Ponto 3.5 da Ordem de Trabalhos.

No momento da votação estava ausente da sala o membro do PSD.

O membro Paulo Mendanha apresentou declaração de voto oral, que se transcreve:

"*Eu votei contra a retirada do ponto, porque a minuta do ponto é só para darmos autorização à Câmara de contratar o empréstimo e não os restantes pontos. Todo o restante trabalho é feito pelos técnicos*".

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 7 da sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 22 de setembro de 2023.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Agnelo dos Anjos Baltazar, Luis Manuel Dores Barata; Celso Miguel Lopes Ramalho; Sara Cristina Alpalhão Anselmo, Paulo Jorge Panasco Aires. João André Pires Lopes.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que a parte financeira da Câmara está equilibrada, no entanto é preciso muita atenção. Quem está no executivo cá dentro, faz as coisas de uma forma muito objetiva (...).

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra e disse "(...), em relação ás minhas atividades, está tudo espelhado no documento que foi enviado para todos os presentes, caso seja necessária alguma explicação encontro-me ao dispor.

No entanto vou frisar algumas das obras:

Obras por Empreitada:

- *Centro Interpretativo da Batalha da Restauração* – Tem sido uma obra que nos tem dado aos problemas, por causa da limitação do prazo. A obra tem de estar pronta e paga até final do corrente mês. Penso que conseguimos alcançar esse objetivo.
- *Museu e Enoteca* – A obra continua suspensa, porque continuamos à espera de pareceres de entidades externas e de fechar com o empreiteiro geral os trabalhos complementares. Nós tínhamos condições de avançar já com alguns trabalhos, nas optamos por continuar a obra quando estiver tudo resolvido.
  Esperamos avançar com a obra a partir de 8 de fevereiro.
- *Canil Municipal* – Está concluído. O que falta são uns retoques mínimos. Com estas chuvas houve alguns abatimentos de pavimentos, alguns retoques de pintura. Esta obra tem cinco anos de garantia.
- *Rua Nunes da Silva e parte da Visconde Gião* – É uma obra que tem levado mais algum tempo, do que o era esperado inicialmente, porque não tínhamos previsto a substituição total dos contadores. Depois, observamos que a tubagem estava obsoleta e resolvemos substituir toda a tubagem até ás ditas "portinholas". Vai levar caixas novas de contadores e "portinholas" novas.
  Segundo, o empreiteiro está em condições de na próxima semana, começarem a abrir a rua para a instalação definitiva da conduta de água e dos pluviais.
- *Obra em gesso cartonado (pladur), na escola* – Esta obra está praticamente concluída. É uma obra que tem de ficar concluída e paga até final do ano.

Obras por Administração direta:

- *Na Urbanização Horta do Rossio* – Arranjo da calçada. É uma obra executada por frases.

- *No Loteamento por trás caixa agrícola em Rio de Moinhos – É uma obra que está a ser feita, e está prevista estar terminada até final do ano.*

A Vereadora Sofia Dias usou da palavra e disse: "(...), no que respeita às minhas atividades está tudo espelhado no relatório enviado a todos os presentes, no entanto vou deixar aqui algumas notas ou esclarecimentos de alguns pontos que me parecem mais pertinentes.

Transferência de Competências

- ✓ – *Transferência de competências na Área Social* – É a transferência que melhorar está a correr, sem qualquer tipo de contratempos, quer ao nível da gestão, quer mesmo ao nível de financiamento de verbas. Das três é a mais tranquila e a mais serena.

Destacar, aqui alguns projetos, que têm tido algum sucesso:

- *Projeto M Cuidar;*

- *Projeto do Programa HABEM;*

Como sabem temos em marcha o ***Programa Escolhas***. É um programa mais *direcionado para as crianças e os jovens prevenientes de famílias com alguma vulnerabilidade. Aqui, um destaque maior para a comunidade cigana, e para o envolvimento e acompanhamento destas crianças e jovens e também a nível indireto com os seus pais.*

Informar, que já saiu a Portaria dos CLDS 5ª geração. Será um programa ao qual nos iremos candidatar logo que saia o aviso, caso o nosso concelho esteja contemplado.

No que respeita á Descentralização na Área da Saúde:

- ✓ *Reunião com a ARS – A ARS vai ser extinta e vai haver uma reorganização.*

A nível financeiro na Área da Saúde também funciona tudo muito bem!

A nível da Saúde temos tido alguns problemas, mas o apoio tem sido muito.

A ARS vai-nos ajudar com os custos na revisão do AVAC e equipamentos, porque havia reparações já muito anteriores à descentralização de competências, que deveriam ter sido executadas e não foram. A ARS demonstrou abertura no apoio a dar".

Seguidamente, salientou mais algumas atividades:

- A nível *da Festa da Vinha e do Vinho*, queria vos falar, que este ano houve um envolvimento muito maior por parte da comissão organizadora;
- O *É Natal em Borba*, penso que alguns de vós puderam estar presentes;
- Ao nível *do Turismo*, temos em marcha uma candidatura conjunta, com a Entidade Regional do Turismo e os Municípios que estão ao redor da Serra d'Ossa (Borba, Estremoz, Vila Viçosa, Alandroal e Redondo). Esta candidatura é um programa de transformação da Serra d'Ossa, que prevê a criação de uma rede de miradouros em todos estes concelhos.
- Ao nível da educação, no que respeita a verbas da Transferência de competências, já estamos mais ou menos tranquilos, em relação a esta questão. O mesmo não se pode dizer em relação à manutenção do Centro Escolar de Borba. Todos os dias existem várias situações que são reportadas. A manutenção do Centro Escolar é muito exigente.

Os arrumos do Agrupamento entre amanhã e domingo, ficarão prontos.

Informar, que estamos a caminhar na reabilitação do Parque Infantil do Agrupamento de Escolas de Borba (...) estamos só a aguardar a chegada dos materiais para serem lá colocados.

- Ao nível do Associativismo, queria só deixar a nota, que houve muita participação das Associações nas nossas festividades.
- O fardamento novo da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba, foi oferecido pelo Município de Borba.

O Presidente da Câmara Municipal interveio e prestou as seguintes informações:

- A obra da Fundação de Aljubarrota, que tem que ver com o Campo de Batalha de Montes Claros, está adjudicada e vai iniciar-se em janeiro e terminar em março de 2024.

- Saúde, o terreno que nós compramos em Rio de Moinhos, será para o futuro Centro de Saúde de Rio Moinhos, para deixar de funcionar nos atuais contentores.

Vai também ser resolvido o alargamento do cemitério.

- Fibra Ótica, se o Estado Central Português, não a colocar durante este ano, em janeiro está combinado com a DS Telecom, uma proposta de cem mil euros e a fibra estará pronta até maio/2024 (Rio de Moinhos, Orada/ Aldeia de Sandes).

O Vereador Joaquim Espanhol pediu a palavra, a qual lhe foi concedida e referiu o seguinte:

"(...) a elevatória do Barro Branco, não é responsabilidade do Município, mas é responsabilidade das Águas de Vale do Tejo e já está pronta. O saneamento, esgotos do Barro Branco já estão a ir para a ETAR de Rio de Moinhos, com a elevatória pronta. Fizemos também as ligações das pessoas da Talisca até ás caixas de limite de propriedade, onde o esgoto vai diretamente para a ETAR de Rio de Moinhos".

O membro Jorge Pinto usou da palavra para pedir ao senhor Presidente da Câmara, que lhes fosse fornecido durante a sessão a situação de todas as obras abrangidas pelos Fundos Comunitários, que terminam a 29/12/2023, à data de hoje.

Durante estes dois anos de mandato, tem sido a voz da CDU, que mais tem alertado o eventual desastre do não cumprimento do Quadro Comunitário de Apoio.

Eu pedi á Câmara Municipal, para percebemos melhor, onde podemos chegar e onde podemos falhar, o ponto da situação da questão anteriormente referida. Foi-me fornecido documentação tirada das aplicações em 21 de novembro/2023.

No que respeita à obra Guerra da Restauração, tinha uma execução de 33%. No relatório à data de 16 de dezembro, o senhor vereador fala numa execução de 60% (execução financeira). Nós queremos acreditar na palavra, mas queremos os factos em cima da mesa.

Quando, nós lemos o Relatório Financeiro sobre esta matéria, que as transferências de capital apresentam execução anual de 28%. Sendo, que as receitas das participações comunitárias em projetos cofinanciados as que mais estão a penalizar a execução de dois milhões novecentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta e quatro euros. (2.995.154,00€), previstos para este ano, estão executados, à data do relatório noventa e três mil (93.000,00€). É verdade que nestes dois milhões novecentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta e quatro euros (2.995.154,00€), há um milhão e seiscentos mil que diz respeito à Estratégia Local de Habitação.

Isto era o que estava previsto no orçamento. No que se refere à Enoteca, é uma obra candidatada de cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€). No dia 29 de dezembro o Município de Borba vai perder quatrocentos mil euros (400.000,00€), dos Fundos Comunitários de Apoio, porque a obra está suspensa, e não terminada. O senhor Presidente, está a dizer que esta obra será candidatada no próximo Quadro Comunitário de Apoio, e é aqui que ele se vai defender. Mas a verdade, é, que ao estarmos a candidatar aquela obra, com a previsão que está o orçamento para 2024 e seguintes, com setecentos e trinta e cinco mil euros (735.000,00€), o Quadro Comunitário de Apoio, não estica

(...), quando Borba for buscar a verba necessária para fazer o Museu Enoteca, porque não fez, e onde se comprometeu fazê-lo, vai perder dinheiro e oportunidade para fazer outras coisas no futuro. Borba, não vai ter mais dinheiro no próximo Quadro Comunitário de Apoio, porque se atrasou neste. As quotas estão definidas, as opções estão definidas (...).

Quero fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos (...), sabemos, que foi instalado um piso no recinto desportivo de Santiago Rio de Moinhos. Como é que ele lá surgiu? Foi a Câmara que mandou executar? Foi o Presidente da Junta de Freguesia que mandou executar?"

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), fui eu!"

O membro Jorge Pinto continuou "(...), o que é que acontece nesta situação em concreto. Eu pesquisei a Base Gov, toda deste o ano de 2022 até ao dia de hoje, e não encontrei esta obra publicada, mas ela está feita., e amanhã de vier a ser paga é ilegal a sua situação, porque ela foi feita sem qualquer procedimento neste aspeto. O senhor Presidente, diz que não à procedimento concursal.

Na Base Gov, comprometeram-se um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€) em obras. Comprometeram-se um milhão e sessenta e três mil euros (1.063.000,00€), em aquisição de bens e serviços (...). Os primeiros representam 42% do que está na Base Gov. e os segundo 40% da Base Gov., e foram já comprados equipamentos diversos, no valor de centos dezoito mil euros (118.000,000€) e gastos trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito euros (378.888,00€) em espetáculos e festas, o que representam 14% do total.

Voltando atrás, á obra do recinto desportivo de Santiago Rio de Moinhos, o Instituto de Desporto desclassificou a candidatura a Fundos Comunitários, no montante de cinquenta e sete mil euros (57.000,00€), que se perderam".

O Chefe de Divisão António Passinhas usou da palavra e informou: "(...), só temos três operações em que ainda à pagamentos para efetuar até ao final do ano. A Área de Serviço de Autocaravanismo, valores redondos vinte e cinco mil euros (25.000,00€). O Viveiro de Empresas, números redondos trinta mil euros (30.000,00€) e o Centro de Interpretação da Guerra da Restauração de cento e sessenta mil euros (160.000,00€), que é o mais preocupante para nós. São as três operações que ainda não estão em sede de encerramento, ainda têm despesa para ser paga até fechar o projeto".

O membro Jorge Pinto continuou "(...) dentro da PARU, existem muitas outras questões, além do Museu e Enoteca, que dentro deste Quadro Comunitário de Apoio, caíram. Foram cerca de meio milhão de euros (500.000,00€) que não se aproveitaram.
Outra situação, tem que ver com a Piscina Coberta, que mesmo fechada, teve um gasto de despesa orçamental de sessenta e cinco mil euros (65.000,00€). Quem for sério tem que responsabilizar a má gestão do MUB, por se terem gasto sessenta e cinco mil euros (65.000,00€), numa piscina fechada.

- *Festa da Vinha e do Vinho* – Com trinta edições, nasceu neste concelho, no âmbito da promoção dos vinhos regionais do Alentejo num contexto nacional, em que Borba, era o líder. Quando se quis transformar a Festa da Vinha e do Vinho, numa festinha da cidade, a festa foi-se definhando (...), como já ouvimos aqui.
- *Celeiro da Cultura* – Já ouvimos aqui falar do equipamento, mas temos gravações em que a Assembleia Municipal teria lá a sua primeira sessão, na sessão de fevereiro de 2022 (...), não se faz lá porque não há condições.
- *SIADAP* – A CDU levantou aqui, na sessão de setembro de forma frontal este conjunto de questões. O senhor Presidente disse que vai dar respostas na próxima semana. O problema é que à lei, e a lei dá um prazo de oito dias aos titulares dos órgãos para responderem às reclamações e esses oito dias passaram. Não sei se existe algum trabalhador que tenha intentado junto do tribunal uma ação, passados quinze dias sem obter resposta, porque a lei aponta para isso.
- *Água* – Pergunto ao senhor Vereador Joaquim Espanhol o seguinte:" (...), há uns dias atrás houve necessidade de transportar água em autotanque para alguns depósitos, gostaria de saber quais foram as anomalias que existiram?
- *Obra da Nunes da Silva e Rua Visconde Gião* – Diz o senhor Vereador Joaquim Espanhol, que por motivos técnicos, boa ponderação, a obra está a andar mais devagar. Mas eu direi que a obra está a andar para trás! Cada buraco daqueles que está a ferir as paredes das pessoas, não custa menos de duzentos euros (200,00€). O contador analógico do século XX, custa trinta euros (30,00€). Um contador digital que se pode colocar dentro de casa em qualquer sítio, custa entre cem a cento e vinte euros (100,00€ / 120,00€), isto, para dizer que se está a gastar mais na obra e se está a colocar contadores do século passado. A obra da remodelação da rede de águas está a tempo de ser corrigida nas outras ruas, e de se pensar de facto que estamos no século XXI e a transição digital passa por isto.

- *Oficinas da Câmara* – É um negócio ruinoso para o Município. Não foi cumprida a decisão da Assembleia Municipal, de fazer a avaliação do terreno em função da capacidade do terreno e não da venda da oficina e nunca chegou a esta a Assembleia a deliberação do órgão de entregar o Relatório custo/benefício daquele investimento.
  Foi vendido por trezentos mil euros (300.000,00€), aquele edifício onde nós consultando a Internet, os promotores propõem vender T2 a quatrocentos e trinta mil euros (430.00,00€).
  Vamos ter no Plano de Atividades, a necessidade de construir novas oficinas, separadas, em vez de ter uma equipa administrativa, passamos a ter duas. Vamos construir no Alto dos Bacelos, onde não existe infraestruturas, que possam satisfazer essa necessidade, para ter as oficinas licenciadas e operacionais. Só para a compra de terrenos no Alto dos Bacelos, para construir as Oficinas estão estimados trezentos mil euros (300.000,00€). Com negócios destes facilmente se vai à falência!
  Acresce, que o prazo do contrato termina em agosto de 2024. Meus senhores, fiquem descansos que a partir de agosto de 2024, as oficinas da Câmara para ficarem onde estão, vão passar a pagar uma renda.

O membro Luís Barata pediu a palavra e perguntou o senhor Presidente" (...), porque é que se mantém ainda uma família de etnia cigana nas instalações da escola? Supostamente, a Câmara deu 10 dias para a saída das famílias daquele local. Gostaria de ver esta situação esclarecida".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu ás questões colocadas

- *Piscinas Cobertas* – Fechámos as Piscinas, porque não havia dinheiro para as mantermos abertas.
- *Quadros Comunitários* – Tudo o que se falou das perdas em quadros comunitários, é "conversa fiada". Neste momento passamos o Museu de Borba e Enoteca, para o outro Quadro Comunitário.
  Neste momento o que está aqui em causa é a obra do Centro Interpretativo da Guerra da Restauração, que tem de estar terminada em 29/12/2023.
- *Piso do Recinto Desportivo de Rio de Moinhos* – No dia 18/12/2023, vou ter uma reunião com a Dra. Helena Caldeira, presidente do Grupo Desportivo de Rio Moinhos, e o senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, para resolver a situação. digam-me como é

possível fazer um piso que é direcionado só para desporto, e quando no mesmo local se realiza a Feira do Queijo e outras atividades não desportivas.

- *Obra da Rua Nunes da Silva e Rua Visconde Gião* – É uma obra piloto. Verificámos, no decorrer da obra que as ligações estavam obsoletas e tudo danificado e resolvemos mudar tudo!
  Na quinta-feira, tivemos uma reunião com pessoal de telemetria, contadores inteligentes (...), que são controlados ao minuto e combinamos com as pessoas, fazer um projeto piloto na Nora, que iremos avançar com ele, que custa cerca de sessenta mil euros (60.000,00€).

"Um problema que temos aqui em Borba, é as pessoas de etnia cigana. Se olharmos para os gráficos de nascimento, Borba é dos concelhos onde nasceram mais pessoas, a mais parte delas é de origem das famílias ciganas.

- *Instalações da Escolas* – Existe um prazo limitado com a Guarda República e não só, para aquela família de etnia cigana ficar nas instalações da escola. A seção do Serviço Social da Câmara, tem tentado arranjar uma casa alugada, para esta família, mas ainda não conseguiu.

Antes de eu sair, o assunto das famílias de etnia cigana, fica resolvido."

O Presidente da Assembleia Municipal, interveio e disse "(...), estando a atingir-se a meia noite, pergunto se o plenário está de acordo com a continuidade da sessão ou se passamos para outro dia?"

O Plenário concordo com a continuação da sessão."

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e colocou algumas questões:

"(...), eu tenho aqui na minha frente o relatório da ERSAR, sobre o desempenho do Município de Borba no setor da água, saneamento e dos resíduos. Diz o relatório, que Borba tem uma perda de água diária, por ramal, de cento e sessenta e um litros (161 L). Isto é, na casa de cada um de nós, no ramal que entra lá, perdem-se todos os meses 5m3 de água. Esta água tem um custo de trezentos e vinte mil euros (320.000,00€) por ano. Diz a ERSAR, que as simples substituições, dos contadores, conduzem a um grau de eficácia em média nacional, de créscimo da faturação em 20%. Em Borba, com o calcário, esta margem é superior.

A partir do dia 01 de janeiro de 2024, passa a ser obrigatório a recolha de Bio Resíduos de forma crescente. A minha pergunta é, o que é que está feito? O que é preciso fazer? E o que é está planeado em termos do Bio Resíduos?".

Pediu a palavra o **membro Nelson Gato**, para perguntar à senhora Vereadora, qual o ponto de situação relativamente à legionella nos balneários masculinos da escola.

A Vereadora Sofia Dias respondeu "(...), as análises referentes à legionella estão todas negativas, neste momento. Foi necessário fazer duas intervenções no balneário masculino, completas, até que as análises estivessem negativas".

Seguidamente, prestou uma informação, refere ao Celeiro da Cultura "(...), neste momento o Celeiro da Cultura já tem todas as condições, para puder acolher esta Assembleia. A Internet foi testada no dia 29 de novembro e penso que isso foi comunicado à senhora Presidente da Assembleia".

O Vereador Joaquim Espanhol informou o seguinte:

- *Autotanques* – Foi abastecido o depósito do Alto dos Bacelos, porque houve uma rutura junto à SOVIBOR, da responsabilidade das Águas de Vale do Tejo.
- *Contadores, na obra Rua Nunes da Silva* – Não estava previsto mudarmos contadores. Os contadores foram mudados, além das ligações estarem obsoletas, existiam muitos contadores que estavam dentro de casa, e nós queremos evitar isso. E, mais, nós queremos mudar todos os contadores que tenham mais que quinze anos. Temos pedido equipamento para fazer face às perdas de água.

Estava, à espera, que o membro Jorge Pinto, frisasse que conseguimos reduzir as perdas de água em 10%, do ano passado para este ano.

- Bio Resíduos – De acordo com as reuniões onde participei sobre este tema, penso que somos dos Municípios que mais avançados estamos a nível de Bio Resíduos. Já colocámos cinco ilhas de compostagem. Distribuímos, cerca de duzentos contentores de Bio Resíduos e temos cerca de 70/80, que fomos buscar ontem, para fazermos a distribuição até final do ano.

No que respeita aos Bio Resíduos na Restauração, vamos nos candidatar a uma viatura, para fazer recolha porta a porta, principalmente agora de início (projeto piloto)".

Acrescentou, ainda a seguinte informação:

- *Centro Interpretativo da Guerra da Restauração* – Vamos acabar aquela obra, com a ajuda da empresa;
- *Calcetamento da Av. Florbela Espanca* – Está feito!
- *Viveiros de Empresas* – Estão feitos!
- *Centro de Recolha de Animais* – Está feito! Temos vinte cinco mil euros (25.000,00€) por faturar, porque enquanto não terminarem umas coisas no valor de mil e poucos euros, não se paga.
- *ETAR da Ribeira* – Feita!
- *Área de Serviço de Autocaravanas* – Feita!
- *Projeto de recolha de Bio resíduos em andamento com cinco ilhas de compostagem* – Feito!
- *Loteamento de Rio de Moinhos* – Terminado até final do ano.
- *Rede de abastecimento de água e saneamento, Rua Nunes da Silva e parte da Visconde Gião* – A decorrer
- *Rede de esgotos da Rua da Restauração no Barro Branco* – Feita!
- *Rede de esgotos da Talisca para ligar a elevatória* – Feita!
- *Asfaltamento da Rua Montes Claros e largo da Liberdade* – Será feito até final do ano, que é o que está previsto."

O Vereador Pedro Esteves interveio e disse "(...), os eleitos do Partido Socialista na Câmara de Borba, não se reveem minimamente, no discurso do senhor Presidente relativamente a alguns cidadãos desta terra, e achamos que este tipo de discurso só serve para acicatar *as* situações de um problema que é dos mais difíceis de resolver (...)".

Relativamente, ao pavimento de Recinto Desportivo de Rio de Moinhos, referiu que "(...), este processo vem inquinado desde o princípio, porque foram sendo feitas alterações, da forma que este executivo o quis fazer. Começou, logo pelo tipo de cobertura que era, nada disso estava projetado assim (...), foi alterado não sabemos como (...). O piso foi contratado com uma entidade pública nacional de uma tipologia e para isso existem fundos que podem suportar alguns dos custos significativos do piso. Acontece, é que não foi cumprido o caderno de encargos, ou seja, mais uma vez esta Câmara tomou uma decisão unilateral, de fazer um piso daquela forma, contra o que estava previamente definido num caderno de encargos, contratado por uma entidade nacional. Não pode

uma entidade ir pagar uma coisa, para que foi financiada e que não foi feita de acordo com aquilo que lá estava".

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Aprovação dos documentos de Transmissões Online das sessões/reuniões do Órgão Autárquico, Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que aquele ponto tinha que ver com a transmissão das sessões Online, do Órgão Autárquico Assembleia Municipal. Estes documentos vêm regulamentar e salvaguardar muitas das situações possíveis (...), quer dos intervenientes do público, quer para os intervenientes da Assembleia Municipal.

Não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade** a sua aprovação.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos Previsionais:

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO UM: Opções do Plano (2024-2028)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO DOIS: Proposta de Orçamento Plurianual.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que que os pontos 3.4.1 e 3.4.2, vão ser analisados, discutidos e votados, em conjunto, porque eles completam-se.

O Presidente da Câmara Municipal interveio e disse (...), os orçamentos são sempre feitos em função da receita que recebemos. É o nosso orçamento, são as nossas opções".

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e disse "(...), vamos confrontarmo-nos com aquilo que aqui temos (...). Relativamente, à concretização do Viveiro das Empresas, obra que até já tem placa.

O que é um Centro Incubador de Empresas? É um centro onde primeiro vamos criar condições, para que as empresas partilhem o espaço e tenham ganhos dessa partilha, apoiados técnica e financeiramente (...). De acordo com o que vimos no ponto anterior, incluindo equipamentos, aquela obra para receber empresas, terá custado no exercício de 2023, cento e

cinquenta e sete mil euros (157.000,00€). Para aquilo que está previsto para 2024 no orçamento, vai estar como Celeiro da Cultura, gasta-se o dinheiro e fica fechado.

No orçamento depois de todo o texto que lá está, que vamos ter um Centro Empresarial em que o objetivo, é pequenas empresas, microempresas, empresas tecnológicas (...), possam partilhar os telefones, o atendimento público, a segurança, possivelmente a contabilidade (...), para as quais têm de pagar, mas que ganham. Para essa responsabilidade existe em orçamento da Câmara, o investimento de quinhentos euros (500€), no próximo ano, e ter um gasto de despesas correntes em atividade de seis mil euros (6.000,00€). É possível? É credível? Para algum de nós, que uma empresa se sinta apoiada pelo Município nestas condições?

Foi aprovada com os votos contra da CDU e com o voto por parte do PSD, a Estratégia Local de Habitação, e agora a Câmara Municipal tem obrigação de dar execução.

A Estratégia Local de Habitação, prevê um investimento de 7,8 milhões de euros, que tem de estar concluído no dia 31 de dezembro de 2026, porque faz parte do PRR. No ano de 2023 a Estratégia Local de Habitação, tinha previsto um milhão seiscentos e desaseis mil euros (1.616.000,00€) de investimento. O documento que eu aqui tenho com a data de 21 de novembro, tinha um nível de execução de zero cêntimos.

Para executámos a Estratégia Local de Habitação, temos de ter casas ou terrenos para construir as casas, que podem ser de privados ou da Câmara. Se forem de privados temos que os comprar! E só podemos comprar terrenos, que estejam de acordo com os Planos de Urbanização, que estão em vigor que permitam habitação. Depois temos de mandar fazer os projetos de arquitetura e de especialidade, que levam muito tempo a fazer.

Dado os valores que estão em causa, estamos perante concursos públicos internacionais. Depois do concurso estamos sujeitos ao visto do Tribunal de Contas, e só depois disso, é que o empreiteiro (...), que ganhe esta obra ou este conjunto de obras (...), eu pergunto de uma forma muito séria, muito tranquila, se algum de vocês, acredita, que vão conseguir ter a Estratégia Local de Habitação pronta em 31 de dezembro de 2026.

Outra situação é o Quartel da GNR, em que o senhor Presidente conseguiu negociar para um milhão duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000,00€), este valor é insuficiente para esta obra, face ao que diz a lei, de permitir aos empreiteiros fazerem revisões extraordinárias de preços face a 2022, e estas revisões extraordinárias que estão a ser executada em 2023, andam na ordem dos 15%.

Relativamente à Construção dos dois Miradouros (um na Sr.ª da Vitória e outro S. Gregório), no valor de seiscentos mil euros (600.000,00€), o que eu digo é que alguém vai ficar destronado, *"vamos passar de ver Braga por um canudo, para passar a ver Borba*

O Presidente da Câmara Municipal interveio e respondeu ás questões colocadas:

- *Estratégia Local de Habitação* – Locais estão definidos, uns são nossos outros são privados. No que respeita aos projetos, os projetos estão todos feitos em relação ás casas novas a fazer.
- *Viveiro de Empresas* – Neste momento, nós estamos a tentar fazer parte da ADRAL, existe a possibilidade de fazer uma parceria com esta Agência de Desenvolvimento Regional.
- *Quartel da GNR* – Há dez anos que andamos com este assunto para resolver. Vai ser feita uma Adenda ao contrato assinado em 2019, com a revisão dos preços, sendo responsabilidade naturalmente do Estado.
- *Miradouros* – O que ficou falado com o Turismo do Alentejo e Ribatejo, foi a execução de um miradouro em S. Gregório e outro na Sra. da Vitória. Isto, está englobado nos Municípios da Serra d'Ossa. Estamos a negociar, com o miradouro de S. Gregório, embora as coisas não tenham corrido muito bem, estamos a tentar. O miradouro da Sr.ª da Vitória está resolvido. A comparticipação destes miradouros é de cerca de 80%.
- *Casas degradas em Borba* – Temos um levantamento feito destas casas, estamos em tentar conversar com os proprietários, porque a última coisa que queremos fazer é tomar posse administrativa das casas.
  Informo, que o Gabinete Técnico neste momento tem os projetos todos feitos. Queremos até março de 2024, entregar esses projetos".

O membro Nelson Gato pediu a palavra e disse "(...), nem sei por onde começar, mas vou limitar-me a ler a carta de resposta do PSD, ao pedido de contributos para o Orçamento, para que todos os membros da Assembleia tenham conhecimento.

"(...), Exmo. Senhor Presidente do Município de Borba
Em resposta à comunicação enviada pelo senhor Chefe de Divisão e a propósito do Orçamento do ano 2024, venho pela presente, informar que em relação às propostas do PSD, deve V.exa., consultar o documento que apresentámos no ano passado e fazer o balanço de execução das

mesmas em 2023. Como seguramente, chegará ás mesmas conclusões que somos, perceberá o porquê, de não apresentarmos novas propostas para o orçamento do próximo ano de 2024.
Com os melhores Cumprimentos
O Presidente da Concelhia do PSD
Benjamim Espiguinha"

O membro Jorge Pinto já falou aqui nalgumas preocupações, onde está englobada a Estratégia Local de Habitação. Efetivamente, os cerca de um milhão e tal de euros disponível para 2023, foi zero, e 2024, cá estaremos para analisar o que é que aconteceu. Sinto-me um pouco responsável sobre isto, porque fui um dos viabilizou esse documento e acho que estamos a perder tempo demais. Porque todo o processo vai demorar muito tempo (projetos, negociações, aquisição de terrenos…), e esse tempo é mesmo a possibilidade de não fazer.
O problema aqui, do orçamento é que não executamos.
O executivo deve fazer uma reflexão daquilo que se passou e que pretende, e apostar no desenvolvimento.

O membro Celso Ramalho usou da palavra e salientou "(…), isto basicamente é a réplica do que aconteceu aqui há um ano, ou seja, à exceção, que o senhor Presidente este ano está muito mais calmo. Grande parte do Orçamento de 2023, transitou para o Orçamento de 2024. O PS apresentou três propostas de investimento para o orçamento e foram todas recusadas. Resumidamente, não sei se o senhor Presidente tem aprendido com os erros. Penso que pior que errar, é não aprender com os erros e aqui passa-se muito por isso."

O membro João Leitão usou da palavra e disse "(…), o orçamento para 2024, em relação à Orada, é mais do mesmo. Estamos sempre a passar as obras para o próximo ano, e já há dois ou três anos que não à um investimento concreto na freguesia e testemunhámos agora, pela enumeração de obras feitas pelo senhor Vereador, a Orada não apareceu em nenhuma. A Zona Industrial foi inaugurada aqui há três anos, continuamos sem luz elétrica na via pública. Já falámos várias vezes na necessidade de fazer-se um Polidesportivo, continua sem aparecer no orçamento. No pavilhão continuamos sem as casas de banho, vamos para mais uma edição de *Ervas e Companhia,* e as pessoas com deficiência e cadeiras de rodas, vão ter de ir à casa de banho a casa, porque aquele equipamento não tem casas de banho.

Como é possível trabalhámos assim?!

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e disse: *"Nos finais do século XVIII, no decorrer de um projeto de Ordenamento Urbano, foram construídos os atuais Paços do Concelho. O projeto do novo edifício, coube ao engenheiro militar Álvaro de Barros e a construção durou entre 1789 e1803. Este magnifico edifício foi construído sem tecnologia em 14 anos. Tenho a certeza absoluta, se nessa altura cá houvesse um MUB, não estaríamos neste edifício"*

Seguidamente, referiu que tinha uma declaração de voto para apresentar.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por maioria com nove votos a favor** (eleitos do MUB), **sete votos contra** (seis eleitos PS) e **três abstenções** (eleitos do PSD) aprovar a proposta as Opções do Plano 2023/2028 e o Orçamento Plurianual para o ano de 2024.

Foram apresentadas **três declarações** de voto pelos eleitos das seguintes forças políticas:

- CDU

- PS

- PSD

Que se arquivam em pasta anexa como **o documento n.º 4** (CDU), **documento n.º 5**. (PS) e **documento n.º 6** (PSD) e seguidamente se transcrevem:

"Declaração de Voto do eleito da CDU

Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Borba para 2024.

A CDU entende que os Planos e Orçamentos do Município devem conter as matérias mais urgentes mais úteis e mais necessárias aos cidadãos. É sempre de opções que se trata e, como tal, não basta aprová-las, é preciso concretizá-las.

Neste momento, como em anos anteriores, grandes projetos que foram aprovados, têm investimento global zero ou insignificante, ao fim de mais um ano de atividade,

Infelizmente, a situação é repetitiva. E o resultado é vermos o nosso concelho, no pelotão dos últimos. E, mais uma vez, as propostas, do MUB mantém o princípio da continuidade, baseado na mesma pedalada – ou seja: desenvolvimento zero!

A Câmara Municipal não cumpre, no ano em curso, e volta a prometer para o ano seguinte:

Para uma previsão de 6 milhões de euros em 2023, a execução não ultrapassará, no final deste ano, os 2 milhões de euros, ficando assim, por executar, 2/3 do prometido. E isso vem acontecendo, ano após ano, sem melhorias.

Pior: foram perdidos centenas de milhares de euros do Programa Portugal 2020. E nada de bom se vislumbra para o arranque do Programa Portugal 2030. E, do mesmo modo, o PRR para Borba está seriamente comprometido, por incapacidade de cumprir a estratégia local de habitação.

É reconhecida a competência do trabalho da CDU e o seu firme propósito de, em todas as situações, mesmo quando está em minoria, honrar o seu compromisso de defesa do interesse das populações de todos os que residem ou trabalham no nosso concelho.

De modo exaustivo, na avaliação do plano para 202, analisámos, em pormenor, 52 projetos que totalizam 5,5 milhões de euros.

Deixamos aqui, apenas alguns exemplos:

1 – Viveiro de Empresas/Centro Empresarial de Borba: sem previsão de investimento mínimo eficaz, mas com a placa já colocada – 500 € de investimento, 6000€ para funcionamento;

2 – Área escolar e de apoio aos alunos: muitas rubricas, em que a concretização no ano que agora termina, foi simplesmente zero ou perto disso;

3 – Reabilitação de estradas e acessibilidades: execução de pouco mais de 25%;

4 – Área habitacional/Plano de Reabilitação Urbana: sem concretização alguma e nem sequer programação de melhoria da situação – sem terrenos, sem projetos, sem concursos, promete investir 1,6 milhões de euros, tanto como o já prometido para 2023, com execução zero.

5 – Novo Estaleiro Municipal: negócio ruinoso e ilegal, que não cumpriu a deliberação da Assembleia Municipal. Vendido a um privado, por 300 mil euros, com um valor superior a 1 milhão de euros. A Câmara assumiu o compromisso de entregar o espaço no prazo de 18 meses, que terminam em agosto de 2024, não apresentando alternativa para a localização do novo estaleiro.

6 – Zona Industrial da Cruz de Cristo: investimento a realizar em 2025 e 2026, com 123 mil euros. Repete-se a 10ª edição do modelo orçamental do MUB: em cada orçamento de um determinado ano, prometem-se investimentos para os orçamentos seguintes.

7 – Parque de Autocaravanismo: Executados 121 mil euros. Para quê? Quantas caravanas aí estacionaram? Zero!!!Qual o impacto turístico para Borba?

8 – Celeiro da Cultura: Será que vai abrir, ou quando se intervier, o novo já é velho?

9 – Piscina Coberta: Em 2023, era para 24. Em 2004, é para 2025. Aposte como vai ser no Plano de 2025! Entretanto, está fechada por falta de verba para o seu funcionamento. Mesmo fechada, foram gastos 53 mil euros para zero utentes.

10 – Estratégia de transição energética – não existe. É mais uma com proposta desgarradas, desligadas de uma visão global, para utilização de instrumentos como, por exemplo, Autoconsumos Coletivos (ACC).

11 – Remodelação da rede de águas: o relatório da ERSAR (Entidade Reguladora de Saneamento, Águas e resíduos) revela perdas de 161lt/ dia, por ramal, com um custo anual de 320 mil €.

12 – Investimento previsto para 2024 na freguesia de Orada: zero euros!

Conclusão:

A CDU expõe, nesta declaração de voto, 12 exemplos, deixando claro que os outros 40 projetos que aqui não retratamos vão na mesma linha de Borba se atrasar, cada vez mais, no pelotão do Alentejo.

Infelizmente, em nosso entender, o desastre continua.

Na nossa análise global pormenorizada, trata-se de um plano ruinoso, uma "mão cheia de nada", que só pode merecer a nossa oposição e o consequente voto contra.

O eleito da CDU

Borba, 15 de dezembro de 2023"

"Declaração de voto dos eleitos do PS

Grandes Opções do Plano 2024-2028 (ponto 3.4.1.).
Proposta de Orçamento para 2024 (ponto 3.4.2.).

Nesta proposta de Orçamento para 2024, bastava aumentar um ano em cada coluna (isto é, passar o que estava previsto em 2023 para 2024, 2024 para 2025...) e continuava praticamente igual ao do ano anterior. Passado um ano, empurram-se as situações para a frente e mantêm-se as intenções.

São exemplos:

Valorização Estrada Rio de Moinhos – Alfaval

Parque de Estacionamento para pesados em Rio de Moinhos / Nora

Parque de Estacionamento para pesados Zona Industrial Cruz de Cristo

Valorização Estrada Aldeia de Sande – Parreira

Construção de Estaleiro Municipal

Requalificação do parque de Feiras

Pavilhão Multiusos

Zonas Industriais – Nem rubrica abrem.

Reabilitação do Cineteatro

Reabilitação do Palacete dos Melos

Reabilitação dos balneários do Parque Desportivo de Borba

Orçamento participativo

Reabilitação paisagística das entradas de Borba

Espaço verde/infantil (Loteamento Eborino e Bairro da Casa do Povo)

Requalificação da Entrada do Barro Branco

Mini Praia Fluvial

Otimização Energéticas nas Piscinas Municipais

Requalificação e Melhoramento do Jardim de Infância da Orada -

Posto Territorial da GNR de Borba

Estratégia Local de Habitação

O PS apresentou propostas. Praticamente sem custos, mas que se revelam essenciais

- Elaboração de um plano de intervenção global de infraestruturas para todo o concelho (com especial atenção na remodelação da rede de abastecimento de água), faseado, de modo a permitir candidatura a fundos comunitários quando disponíveis.

- Elaboração do Plano de Pormenor da anterior denominada "Área de Intervenção Norte". Só assim fará sentido o ponto 1.5.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS. Era para ser iniciado em 2023...

- Centros de dia de Orada e Nora, conforme prometido.

- Comparticipação de medicamentos a idosos carenciados – com um valor estimado de 30 000€ Nenhuma teve reflexo no orçamento

As freguesias rurais continuam esquecidas. Mantem-se Investimento Zero na Orada para 2024 e em Rio de Moinhos, para além de 50 000€ a investir na Escola, apenas são considerados 10 000€ para o Parque de Pesados.
Este é literalmente um orçamento igual ao do ano anterior o qual votámos contra.
Face à análise realizada, só nos resta votar contra.
Os eleitos do PS"

"*Declaração de Voto dos eleitos do PSD*

Os eleitos da bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Borba, optaram por abster-se na votação do Orçamento Municipal para 2024.

Recuando cerca de um ano atrás, aquando da primeira votação do Orçamento Municipal para 2023, votámos contra pelas razões que apresentámos e justificámos em sede própria.

Após o chumbo do orçamento, fomos pela primeira vez e com carácter de urgência, chamados a uma reunião com o executivo, onde não só apresentámos os pontos que considerávamos necessários e importantes para a melhoria do nosso concelho bem como as soluções de financiamento para os executar.

Verificando que os pontos apresentados por nós foram tidos em conta e incluídos na segunda proposta de Orçamento, votámos favoravelmente com a ressalva e o aviso de ser necessário executar as medidas e os planos discutidos, pois de nada vale vigorarem no orçamento se não são iniciados e/ ou executados.

Infelizmente e sem grande surpresa para nós, verificamos, à data de hoje, que tudo o que acordámos continua por executar devido à incapacidade e falta de competência do executivo.

Relativamente ao orçamento de 2024, para o qual foi de novo solicitada a nossa colaboração, decidimos não apresentar qualquer proposta, pois as mesmas apresentadas há cerca de um ano foram incluídas uma vez que as propostas apresentadas há cerca de um ano foram incluídas e vigoram no documento, apesar de, como já referimos, continuarem por executar.

Este nunca seria um orçamento apresentado por nós. Pouco ou nada significativo aconteceu ou irá acontecer, no entanto não queremos ser uma força ser de bloqueio ao desenvolvimento que o concelho de Borba merece e necessita.

Para que não haja dúvidas sobre a nossa posição, declinamos desde já qualquer lição de moral pois entendemos que ao longo dos anos sempre demonstrámos o nosso enorme sentido de responsabilidade ao serviço do nosso concelho e continuaremos a fazê-lo.

Recordamos também que quando o PS, apresentava aqueles megalómanos orçamentos sempre chamámos a atenção e votámos contra, alertando para p inevitável desfecho que era visível e esperado, ou seja, a bancarrota do nosso concelho que só com o PAEL foi possível recuperar.

É na perspetiva de última oportunidade e esperança de que com este executivo seja feita obra, que nos abstemos. Contudo, caso se mantenha o padrão de incapacidade por parte do município, no próximo ano, qual será a alternativa se não a de votar contra?

Os eleitos do PSD

Borba 15 de dezembro de 2023"

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2024.

Este ponto foi retirado da ordem e trabalhos, por suscitar algumas dúvidas.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Mapa de Pessoal.

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e teceu os seguintes "(…), o mapa de pessoal que nos é presente, tem 192 trabalhadores, neste momento no efetivo. Deste conjunto de trabalhadores, temos, um conjunto deles que têm postos de trabalho mais precários. A proposta do mapa de pessoal vai no sentido de reforçar os contratos de trabalho por tempo indeterminado. Isto é, de dar maior segurança aos trabalhadores. Contudo, prevê, extinção/transição de trabalho precário de 20 postos de trabalho, para trabalho fixo. Um destes postos de trabalho, temos um técnico superior veterinário, que me parece que estará a contrato resolutivo e que a proposta é para passar para contrato a tempo indeterminado, isto é segurança. Estando feito um investimento de dimensão significativa, no Centro de Recolha Animal, que supera em Borba (…), manter neste edifício de luxo, apenas um posto de trabalho de veterinário, a pergunta que fica no ar, é se queremos, que ele venha a repetir as filas de espera do SNS (…).

Este mapa pessoal, prevê um crescimento 30% ou seja, de 69 postos de trabalho. A pergunta que temos de refletir é, se isto é sustentável, do ponto de vista do futuro. Sou daqueles que reconheço, a necessidade das autarquias de muitos dos concelhos, das competências que lhes foram transferidas, de encargos que lhes foram transferidos. Falámos, aqui há pouco da forma muito descuidada, como o Município de Borba trata o recrutamento de pessoal para a Educação, que é uma função vital. Não nos podemos esquecer, que as crianças devem ter pessoal auxiliar com formação adequada para as acompanhar.

Como há pouco aqui foi dito, um psicólogo faz falta não só para fazer o recrutamento na sua seleção de quem vêm, mas sobretudo, para depois para quem cá está, poder acompanhar as relações humanas de trabalho de muitas frustrações entre trabalhadores. E o mapa tem algum desequilíbrio, quando, nos propõe que um pouco mais do que um quarto do pessoal, incluindo dirigentes e pessoal em comissão serviço, o que totaliza cerca de 60 pessoas com curso superior no município. É um salto qualitativo importante, mas na minha opinião, desequilibrado, face aquilo que coloquei, principalmente e no foco central, da educação.

Deixo aqui á vossa reflexão, não vou votar contra o Mapa de Pessoal, se este é o caminho que podemos ter nas atuais condições do Município de Borba.

O membro Nelson Gato teceu algumas considerações: "(...), está previsto um informático com contrato a termo resolutivo, com curso tecnológico profissional de nível III. Dizer que os cursos tecnológicos profissionais são de nível IV- deve ser uma gralha.

Em relação ao que é proposto neste mapa de pessoal, queria perguntar ao executivo, este acréscimo de dezanove vírgula qualquer por cento, dos técnicos superiores, que é um número significativo (...), estamos a falar de 24 técnicos superiores e como o membro Jorge Pinto já fez referência, num mapa de pessoal, que prevê um acréscimo de 30% do número de efetivos da Câmara, mas que o orçamento prevê um crescimento de 11%. Ora, este 11%, vai ser absorvido quase na sua totalidade pelos aumentos que vêm aí (...). Na prática temos um crescimento de 30%, mas na prática não temos dinheiro previsto para esse crescimento de 30%. Mais, do que o número de técnicos superiores que pode ser importante crescer, depois de a Câmara ter assumido algumas competências na Educação, Saúde e com tudo o que é serviços urbanos, este crescimento é completamente desequilibrado. Porque cresce em áreas, muito específicas e muito técnicas e em áreas pouco operacionais. Na minha opinião, este mapa de pessoal está muito desequilibrado com a área operacional (...), e já para não falar na parte financeira, que aí está desequilibradíssimo".

O membro Hugo Mendanha pediu a palavra e analisou e comentou o documento em apreciação "(...), a minha intervenção vai de encontro ao que os membros Jorge Pinto e Nelson Gato disseram. Este mapa de pessoal na nossa opinião é desequilibrado, principalmente, porque estamos a falar a nível de quadros superiores. Falou-se dos técnicos superiores e nós não entendemos como é que uma Câmara da dimensão de Borba, quer passar de 33 técnicos superiores para 51 técnicos superiores em 2024. Tem dois chefes de divisão, quer passar para seis. os Coordenadores técnicos também vão subir e dirigentes intermédios igual.

Além disso, na nossa opinião, existem aqui graves falhas neste documento, que eu gostava aqui de salientar e questionar o porquê de isto estar feito desta forma. Se isto foi uma falha, ou se foi feito desta forma, levanta outras suspeitas.

Permitam-me dar aqui dois ou três exemplos:

- *Unidade de Desenvolvimento Integrado* – A Câmara pretende contratar três técnicos superiores. Um deles é uma licenciatura em psicologia, nos outros dois apenas diz "Formação e experiência funcional adequada ao exercício das funções". Não percebo o porquê desta diferença.
- *Na área da saúde* – Vão abrir uma vaga para um técnico superior, onde se diz apenas que a pessoa tem de ter licenciatura, sem especificar qual, e depois experiência adequada ao exercício das funções.
- *Na área jurídica* – Pretende-se abrir uma vaga para um técnico superior, onde também não especificam os requisitos que a pessoa tenha que ter (...), se tem de ter licenciatura (...), só dizem, que tem de ter formação e experiência funcional. A minha pergunta, é porque é que existe esta diferença nas vagas que vão abrir? Isto pode levantar algumas dúvidas, se isto foi feito propositadamente no documento. Aqui nesta área, o que ainda me chama mais atenção, é que as funções desta pessoa, que é: *elaborar planos de formação, cadernos de encargos, ofícios, elaborar e enviar emails, executar trabalhos de reprografia*, mas isto não é o trabalho de um assistente técnico? Estamos a falar de técnicos superiores, de pessoas que ajudem o executivo. Isto, aqui, levanta-me muitas suspeitas, se não foi feito propositadamente desta forma para outros fins.

Segundo este documento, os funcionários desta Câmara iriam passar de 192 para 261, onde os técnicos superiores iriam ter uma percentagem de 20% do executivo da Câmara. Fiz comparação com dois municípios que fazem fronteira com Borba, Vila Viçosa e Estremoz. Borba, tem cerca de

6400 habitantes e a Câmara no próximo ano pretende ter 261 trabalhadores. O Município de Vila Viçosa tem 7400 habitantes, tem atualmente 256 trabalhadores. Onde tem, 27 técnicos superiores, 3 chefes de divisão, 2 coordenadores técnicos e 3 encarregados. O Município de Estremoz tem o dobro da população de Borba, e tem 471 trabalhadores, onde tem 50 técnicos superiores, 4 chefes de divisão, 7 coordenadores técnicos.

Repito, este mapa de pessoal é desequilibrado, não satisfaz na nossa opinião as verdadeiras necessidades do Município de Borba e compromete claramente o futuro (...)."

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou "(...), uma coisa é prevermos mapa de pessoal, outra coisa é abrir concurso no mapa de pessoal (...)".

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por maioria com nove votos a favor (**eleitos MUB**), oito votos contra** (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD**) e uma abstenção** (um eleito da CDU**), aprovar o *Mapa de Pessoal*** para 2024.

No momento da votação estava ausente da sala um membro do PSD.

Foram apresentadas duas declarações de voto:

Uma pelo eleito da CDU, que seguidamente se transcreve

"Declaração oral do eleito da CDU

A CDU contrariamente ao voto contra do orçamento, como vimos era, e é, uma promessa de uma mão cheia de nada e que passou democraticamente, com a abstenção legítima, do PSD, também este Quadro de Pessoal passa, com o voto legítimo de abstenção da CDU.

Como referi na minha intervenção, seguramente, que a estrutura de Mapa de Pessoal de uma gestão da CDU, seria diferente desta, e centrei-o naquilo que hoje é, a maior das preocupações, em que aqui foi plasmada, até nas intervenções do público. Que é termos pessoas no concelho e essas pessoas, começam por ser crianças, começam por ser jovens na escola, e temos consciência que cada vez mais, esses jovens quando crescem, por terem cursos superiores saem daqui, porque não têm atratividade neste concelho para se fixar.

Para nós a nossa abstenção, tendo discordância quanto ao Mapa de Pessoal no seu todo, deveu se a um, e a um só facto, do qual exigimos a plena correspondência por parte da Câmara Municipal

de Borba e que consiste, na redução da precaridade dos trabalhadores deste Município e no crescimento do trabalho com direitos e dos direitos no trabalho.

Foi isto, e só isto, que leva a CDU à abstenção. Sobrepor os interesses e os direitos dos trabalhadores neste caso do Município de Borba, ás opções políticas da Câmara Municipal de Borba".

E outra pelos eleitos do PSD, que se arquiva em pasta anexa como o **documento n. º7** e seguidamente se transcreve

"Declaração de Voto dos eleitos do PSD - Mapa de Pessoal 2024

Os eleitos do PSD têm quase sempre optado pela abstenção aquando da votação nesta assembleia do Mapa de Pessoal. O argumento utilizado por nós, tem normalmente a ver com o facto de quem está no poder, tomar as decisões que considera adequadas em termos de trabalhadores do Município, para desenvolver toda a atividade a que se propõe.

O Mapa de Pessoal que agora nos é apresentado para discussão e aprovação, vem em nosso entender com enormes desequilíbrios na sua estrutura, nomeadamente no aumento muito significativo do número de técnicos superiores, proponho o seu acréscimo em áreas e em números que o próprio executivo não consegue explicar porquê.

Sabendo que com o assumir de algumas competências descentralizadas, a área operacional carece cada vez mais de mão de obra, não sendo essa a aposta do Município.

Por esse motivo, os eleitos do PSD, votam contra a proposta de Mapa de Pessoal para 2024.

Borba, 15 de dezembro de 2023

Os eleitos do PSD"

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de fixação de IMI para o ano de 2024.

O membro Jorge Pinto refere que contrariamente a outros anos em que a CDU tem apresentado propostas alternativas, por mais que eu esteja convicto da minha razão, mantenho-me e bem num estado de direito que transmiti há pouco à Dra. Ana Menezes um acórdão de um tribunal supremo sobre esta matéria e embora diga publicamente que discordo daquele acórdão e não sou jurista e já basta as divergência apresentadas entre os juristas sobre a aplicação das leis, mas

subordino-me ao estado de direito e por isso não vou estar a ler aquele acórdão que tem muitas dezenas de paginas, mas sucintamente ele coloca basicamente para apresentar propostas alternativas que elas deviam ser previamente inscritas na ordem de trabalhos e depois coloca em causa, se pode mesmo haver o poder de iniciativa dos eleitos da Assembleia Municipal apresentarem propostas que são reservadas à iniciativa da Câmara. Discordando, mas respeitando a decisão do tribunal, a lei dota e por isso não apresentamos proposta de alteração, no entanto o IMI é um imposto pago sobre a propriedade de todas as pessoas que tenham prédios urbanos próprios. A crise da habitação cresceu de forma descomunal, há pessoas em Borba que estão à beira também de terem de fazer a sua mudança para tendas, porque também neste concelho se cobram rendas incalculáveis mesmo na habitação não própria. Dai o nosso voto continuar a ser contra uma proposta do IMI nas atuais condições, não estabeleça num mínimo permitido da lei dos 0.3%.

O membro Agnelo Baltazar acrescenta que: o Partido Socialista vai votar favoravelmente, até porque esta provavelmente é uma das propostas em que o executivo concordou com aquilo que era a proposta do Partido Socialista, que era terminar precisamente o mandato com os 0.35% e tudo aponta para esse efeito, de maneira que vamos votar favoravelmente à proposta de IMI.

O membro Nelson Gato, acrescenta que o PSD mantem a coerência dos últimos anos e atendendo que esse era também um dos nossos programas do plano de candidatura que tinha a ver com a descida gradual do IMI e como se tem verificado vamos continuar a votar favoravelmente a proposta, sendo que, o IMI continua a ser um imposto "estupido", porque quem compra uma casa paga a casa, paga as comissões dos empréstimos e a seguir tem de pagar a casa toda a vida através de um imposto, mas pronto ele existe, tem de ser considerado, mas a nossa votação é como nos últimos anos favorável.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado o seguinte:**

A Assembleia Municipal deliberou:

1. **Deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor (nove dos eleitos do MUB, seis dos eleitos do PS e dois eleitos do PSD e um voto contra eleito CDU), e um voto contra (eleito CDU), autorizar fixar uma taxa de IMI, para os prédios urbanos, de 0,36%;** nos

termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, podendo a mesma ser fixada por freguesia, nos termos previstos no n.º do art.º 112.º do CIMI;

2. **Deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor nove dos eleitos do MUB, seis dos eleitos do PS e dois eleitos do PSD e um voto contra eleito CDU** autorizar elevar ao triplo a taxa de IMI, para prédios em ruínas, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI;
3. **Deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor (nove dos eleitos do MUB, seis dos eleitos do PS e dois eleitos do PSD e um voto contra eleito CDU),** autorizar majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112.º do CIM;
4. **Deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor (nove dos eleitos do MUB, seis dos eleitos do PS e dois eleitos do PSD e um voto contra eleito CDU),** autorizar majorar ao triplo, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido nos termos previstos no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI;
5. **Deliberou, por maioria, com dezassete a votos a favor nove dos eleitos do MUB, seis dos eleitos do PS e dois eleitos do PSD e um voto contra eleito CDU**, autorizar fixar uma redução da taxa de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do CIRS, compõem o agregado familiar, de acordo com previsto no n.º 1 do art.º 112-A do CIMI **de acordo com a seguinte tabela:**

1. Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3 ou mais	140

Foi apresentada uma declaração de voto pelos eleitos do PS, que se transcreve e arquiva em pasta anexas como o **documento n.º 8:**

"Declaração de Voto

A bancada do Partido Socialista congratula-se com a decisão da Câmara Municipal de Borba de baixar gradualmente a taxa de IMI até 0,35%, a única proposta aceite até à data durante todos os mandatos do MUB.

Relembramos que esta medida foi proposta pelos vereadores do Partido Socialista a aceite pelo executivo MUB.

Reiteramos que foi e é uma boa medida refletindo-se positivamente no orçamento familiar das famílias Borbenses.

Os eleitos do Partido Socialista"

No momento da votação estava ausente um membro do PSD

PONTO TRÊS PONTO OITO: Norma de controlo Interno – Revisão anual e proposta de alteração.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por maioria com dez votos a favor** (nove eleitos do MUB e um eleito da CDU), **e sete abstenções** (cinco eleitos do PS e dois eleitos do PSD), **aprovar a Norma de Controlo Interno – Revisão anual e proposta de alteração** e posterior remessa aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

No momento da votação estavam ausentes da sala, dois eleitos, um do PS e outro do PSD.

PONTO TRÊS PONTO NOVE. Proposta de aprovação de Revisão da Carta Educativa

O Presidente da Câmara Municipal informou que "(...), foi um documento trabalhado pela CIMAC, depois aprovado pela Direção Regional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, apreciado e discutido entre nós, penso que está em condições de servir quem dela necessite.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por maioria com dezoito votos a favor** (nove eleitos do MUB, seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU)**, aprovar a proposta de Revisão da Carta Educativa do Município de Borba.**

No momento da votação estava ausente da sala um membro do PSD

Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal**, colocou as minutas à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos presentes.

Por não haver mais assuntos a tratar **o Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 2h15m, do dia dezasseis de dezembro, da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta e sete páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar

O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Segundo Secretário

Nelson Joaquim Gomes Gato